

2º Curso de Verão "Direitos da natureza, extrativismos e litigância climática"

15 a 18 de fevereiro de 2022



O Curso de Verão "Direitos da Natureza, Extrativismos e Litigância Climática" será realizado entre os dias 15 e 18 de fevereiro de 2022 (terça à quinta), por meio de plataforma virtual (Zoom).

O Curso busca contribuir na divulgação das novas perspectivas que inter-relacionam o Direito e o meio ambiente com as lutas pelos direitos humanos das populações atingidas por grandes empreendimentos minerários em nosso país. Para isso, está organizado em quatro aulas e quatro oficinas / rodas de conversa.

Programação:

15 de fevereiro - das 15h30 às 18h

Oficina “Experiências sobre o processo de elaboração de Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada”

Liana Amin (UFGD, Observatório dos Protocolos)

Jeferson Pereira (CONAQ e Observatório de Protocolos)

Bel Juruna (Povo Yudjá, Volta Grande do Xingu)

Mediação: Isabella Lunelli (RENAP e IPDMS)

15 de fevereiro - 19h

Aula 1. Direitos da natureza frente ao extrativismo capitalista na América Latina

Horacio Machado Araóz (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología - CONICET, Argentina)

Raquel Gutierrez Aguilar (Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla - México)

Diego Castro (Servicio Central de Extensión de la Universidad de la República de Uruguay)

Mediação: Ricardo Prestes Pazello (UFPR e IPDMS)

16 de fevereiro - das 15h30 às 18h

Oficina “Como comunicar a emergência climática para a mobilização?”

Alexandre Araújo Costa (UECE)

Veridiana Dalla Vechia (GERIMA e PPGEI - UFRGS)

Mediação: Camila Dallagnese (Frente técnica CCM/RS)

16 de fevereiro - 19h

Aula 2. Os impactos da mineração no Brasil: olhares sobre casos paradigmáticos

Rikartiany Cardoso Teles (UFPE e MAM)

Camilla Brito (MAB)

Alessandra Korap Munduruku (FEPIPA)

Mediação: Júlio Alt (CEDH/RS, ACESSO e IPDMS)

17 de fevereiro - das 15h30 às 18h

Oficina “As contribuições da pesquisa empírica e da pesquisa militante para as lutas por justiça”

Karine Agatha França (PUCRS)

Marília Budó (UFSC e IPDMS)

Mediação: Tchenna Maso (UFPR e IPDMS)

17 de fevereiro - 19h

Aula 3. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática

Katya Isaguirre (UFPR e IPDMS)

Naiara Bittencourt (Terra de Direitos e RENAP)

Virgínia Totti Guimarães (PUC-RJ)

Mediação: Marcelo Cafrune (FURG e IPDMS)

18 de fevereiro - das 9h00 às 11h30

Oficina “Escuta das vítimas da mineração: o caso do Rio Grande do Sul”

Marina Dermmam (Ouvidoria DPE/RS)

Mário Rheingantz (ADPERGS)

Mediação: Alice Resadori (Preservar, RENAP e IPDMS)

18 de fevereiro - 19h

Aula 4. Litigância estratégica socioambiental e incidência no Sistema de Justiça

Vercilene Dias (CONAQ e Terra de Direitos)

Vivian Ferreira (ABRAMPA)

Dinamam Tuxá (APIB e CNDH)

Mediação: Emiliano Maldonado (IFRS, IPDMS e Preservar)

Organização e apoios:

Essa é uma atividade de extensão realizada pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em parceria com as seguintes instituições e entidades da sociedade civil: Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS); Instituto Preservar; Instituto Clima e Sociedade (ICS); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GERIMA-UFRGS); Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP); Comitê de Combate a Megamineração do RS (CCM-RS); Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado, Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; e Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul (ADPERGS).

Inscrições:

<https://sinsc.furg.br/detalheseventos/1609>

Palestrantes e mediadores



Alessandra Korap. Liderança do povo Munduruku. Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora colaboradora do Observatório de Protocolos Comunitários. Vice coordenadora da FEPIPA e coordenadora Associação indígena Pariri.



Alexandre Araújo Costa é Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará do curso de graduação em Física e do Mestrado em Climatologia e Aplicações. Tem graduação e mestrado em Física pela Universidade Federal do Ceará, doutorado em Ciências Atmosféricas pela Colorado State University, e pós-doutorado na Yale University. É colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e foi um dos autores principais do 1º Relatório de Avaliação Nacional do PBMC. É assessor voluntário do Fórum de Mudanças Climáticas e

Justiça Socioambiental e mantém o projeto de divulgação científica "O Que Você Faria Se Soubesse O Que Sei?".



Alice Resadori é professora, pesquisadora e advogada. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Integrante do Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais - IPDMS. Foi Procuradora Geral Adjunta do Município de Canoas (2016) e assessora jurídica no mesmo Município (2009-2015). É professora do MBA em Diversidade e Desenvolvimento de Práticas Inclusivas nas Organizações na Universidade La Salle.



Bel Juruna (Povo Yudjá) da Volta Grande do Xingu, é formada na escola técnica de residência saúde em Altamira, onde atua na saúde indígena.



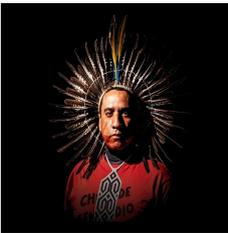
Camila Brito é bióloga, coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região do Médio Rio Doce em Minas Gerais.



Camila Dallagnese é Doutora em sociologia pela UFRGS, pesquisadora colaboradora do grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade TEMAS / UFRGS e membro da frente técnica do CCM/RS.



Diego Castro (URU) es doctor en Sociología por la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México) y docente del Servicio Central de Extensión de la Universidad de la República de Uruguay. Investiga sobre movimientos sociopolíticos, luchas sociales y producción de común en Uruguay y América Latina. Forma parte del colectivo editor de la revista zur.uy



Dinamam Tuxá é Militante social indígena, advogado e Coordenador executivo da @apiboficial pela @apoinme_brasil



Efendy Emiliano Maldonado Bravo é professor, pesquisador e advogado. Membro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Doutor em Direito, Política e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Instituto de Pesquisa em Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Atualmente é professor substituto de Direito Ambiental no IFRS- câmpus Viamão e faz parte da Coordenação do Comitê de Combate à Megamineração no RS.



Horacio Aráoz (Arg) Horacio Machado Aráoz (Catamarca, República Argentina) es licenciado en Ciencia Política (Universidad Católica de Córdoba), diplomado en Planificación Social para el Desarrollo Local (Sur-Cepal, Santiago de Chile), Magíster en Ciencias Sociales, y Doctor en Ciencias Humanas (Universidad Nacional de Catamarca). Su tesis de doctorado (“Naturaleza Mineral. Una ecología política del colonialismo moderno”, 2012) aborda la investigación de la minería transnacional como una de las

vetas claves del sociometabolismo colonial del capital y la constitución histórico-geográfica de la hegemonía de Occidente. Trabaja como investigador adjunto del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONICET, Argentina) coordinando el Colectivo de Investigación de Ecología Política del Sur (Conicet-CITCA-UNCA <http://www.ecologiapoliticadelsur.com.ar/>) y como Profesor de la Cátedra de Sociología (Facultad de Humanidades, Univ. Nacional de Catamarca). Ha sido director del Doctorado en Ciencias Humanas (Fac. de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, 2016-2020) y ha participado como docente dictando cursos y seminarios de posgrado en el área de ecología política en diversas Casas de Estudio de América Latina. Sus principales libros publicados son: “Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da modernidade” (Editora Elefante, Sao Paulo, 2020), “Potosí, el origen. Genealogía de la minería contemporánea” (Varias ediciones), “Economía Política del Clientelismo. Democracia y Capitalismo en los márgenes” (Grupo Editorial Encuentro, Córdoba, 2007); “15 Mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina” (Herramienta Ediciones, Buenos Aires, 2011, en co-autoría con Maristella Svampa, et.

Alt.); “Paisajes en Disputa. Una cartografía de la conflictividad social en la Provincia de Catamarca 2001-2004” (Encuentro Grupo Editorial, Doctorado en Cs. Humanas, 2012). Ha participado como autor en numerosos libros y revistas científicas, con artículos relativos a la Ecología Política en y desde América Latina, los movimientos socioterritoriales en la región y las disputas civilizatorias en torno a la reapropiación de la Naturaleza en el actual contexto regional y global. Junto a la labor académica ha participado de diversos espacios asamblearios en defensa de los territorios, alentando la construcción de otros horizontes emancipatorios desde el ecologismo popular.



Isabella Cristina Lunelli, Doutora em Direito (UFSC), advogada da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), pesquisadora do Observatório de Protocolos Comunitários e associada ao IPDMS.



Jeferson Pereira, advogado quilombola (CONAQ), mestrando MESPT/ UnB, pesquisador do Observatório de Protocolos Comunitários. Membro fundador da Rede Nacional dos/as advogados/as Quilombolas do Brasil (RENAAQ).



Júlio Alt é Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/RS) (gestão 2020/23), representando a Acesso Cidadania e Direitos Humanos, entidade que trabalha com acesso à terra, reforma agrária e regularização fundiária urbana, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), organizador do livro Painel de Especialistas Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba (2019) pela Frente Técnica do Comitê de Combate e Megamineração no RS.



Katya Isaguirre é Advogada, doutora em meio ambiente e desenvolvimento. Professora das disciplinas de direito ambiental e agrário na graduação e pós graduação em Direito da UFPR, onde coordena o Núcleo de pesquisa e extensão em direito socioambiental - Ekoa.



Liana Amin Lima é Doutora em Direito Socioambiental, com pos-doutorado pela PUCPR. Professora de Direitos Humanos e Fronteiras da FADIR/ UFGD. Coordenadora do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta Prévia e associada ao IPDMS.



Marcelo Cafrune - Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Professor Adjunto no Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), líder do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade (GPDS) e coordena o projeto “Assessoria jurídica em conflitos coletivos por moradia e meio ambiente”.



Mário Rheingantz - Defensor Público Estadual RS; Presidente da ADPERGS e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS;



Marília de Nardin Budó é professora adjunta de direito penal e direito processual penal no centro de ciências jurídicas da UFSC e associada ao IPDMS.. Coordenadora do grupo de pesquisa Poder, controle e dano social .Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela UFSM. É mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde foi bolsista Capes.É doutora em direito pela Universidade Federal do

Paraná (UFPR), com estágio sanduíche na Facoltà di Giurisprudenza da Università di Bologna, na Itália, com bolsa PDSE/CAPEES. Realizou estágio pós-doutoral em criminologia na Universitat de Barcelona (UB), com bolsa PDE/CAPEES. Atua em docência e pesquisa na área de Direito, com ênfase em Criminologia, Direito penal, e Direito processual penal. A área de pesquisa tem sido desenvolvida em dois principais campos da criminologia: as relações entre crime e mídia; a criminologia verde. É coordenadora do Infovírus: observatório prisões e pandemia.



Marina Dermmam é Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e vice-presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Advogada popular. Bacharel em Direito pela UNISINOS. Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO.



Naiara Bittencourt é advogada popular na organização Terra de Direitos e membra da RENAP, mestra e doutoranda em direitos humanos e democracia pela UFPR.



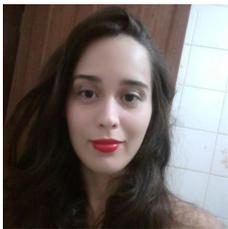
Raquel Gutierrez Aguilar (MX) es Profesora-Investigadora titular del Posgrado en Sociología del ICSYH/BUAP, organizó la línea de investigación “Entramados comunitarios y formas de lo político” en el Posgrado en Sociología de la BUAP; la cual se basa en el trabajo de investigación colaborativo y militante en diversas regiones de México, Guatemala, Bolivia, Uruguay, Colombia y Ecuador. Entre sus principales libros están Los ritmos del Pachakuti. Movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia (2000-2005), ICSYH-BUAP/Bajo tierra ediciones, México, 2008; Horizontes comunitario-populares. Antagonismo y producción de lo común en América Latina, ICSYH-BUAP, Puebla, Mex., 2015; Gutiérrez ha contribuido con más de 20 artículos y capítulos de libros en diversas publicaciones especializadas. Ha sido parte de la red Women on the verge, que publicó en 2016 el volumen Social Science for another politics proponiendo pistas para la crítica de los rasgos patriarcales y positivistas que impregnan la enseñanza de las ciencias sociales en casi todo el mundo. Igualmente, forma parte de una red de pensadoras feministas que impulsa una “Constelación feminista” latinoamericanista, comunitaria y popular. Con ellas, en 2018, ha publicado el volumen de amplia circulación, “Constelación feminista, ¿cuál es tu lucha? ¿Cuál es tu huelga?”, publicada por Tinta Limón en Buenos Aires y con reimpressiones en distintos países.



Karine Agatha França é Mestra em Ciências Criminais pela PUC/RS, com bolsa CAPES. Pós-graduanda em Direitos Humanos na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduada em Direito pela Faculdade Meridional (IMED). Integra o projeto "Memória, luto e luta em tempos de pandemia: estratégias culturais para afirmação da vida diante da gestão da morte nas prisões". Pesquisando dano social, criminologia verde e crime dos poderosos.



Ricardo Prestes Pazello é Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Colíder do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC/UFPR). Coordenador do GT de Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Coordenador do projeto de extensão/comunicação popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, junto à UFPR.



Rikartiany Cardoso Teles é mestranda em Direitos Humanos pela UFPE, bacharel em direito pela UFAL e militante do MAM.



Tchenna Maso é Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR, Mestre em Integração Contemporânea da América LATina pela UNILA. Pesquisadora Associada no Centro de Direitos Humanos e Empresas (HOMA/UFJF). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão EKOA- Direito Socioambiental (UFPR). Coordenadora do GT de "Teorias Críticas, América Latina e Epistemologias do sul" do IPDMS. Advogada Popular, membra da RENAP.



Vercilene Francisco Dias é Advogada, doutoranda em Direito pela UnB, mestra em Direito Agrário pela UFG. Quilombola do Quilombola Kalunga, de Cavalcante (GO). Diplomada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena e afrodescendente pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Assessora Jurídica na Terra de Direitos e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadoras (es) Negras (os) (ABPN); Fundadora da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas - RENAAQ e coautora do Livro "Mulheres Quilombolas Territórios de Existências Negras Femininas".



Veridiana Dalla Vechia é Jornalista, mestra em Comunicação e Informação (UFRGS) e doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (GERIMA).



Vivian Maria Pereira Ferreira é advogada, mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV Direito SP e doutora em Teoria e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da USP. Atua nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Climático. Desde 2020, é consultora jurídica da ABRAMPA em projetos voltados ao combate às mudanças climáticas.



Virgínia Totti Guimarães é Doutora em Direito pela PUC-Rio. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Especialista em Direito Ambiental pela PUC-Rio e em Advocacia Pública pela UERJ. Professora de Direito Ambiental e Direito Urbanístico da PUC-Rio. Coordenadora Assistente do curso de Graduação de Direito da PUC-Rio. Possui pesquisas em Direito Ambiental, especialmente relacionadas à injustiça e racismo ambiental, conflitos ambientais, direitos territoriais, licenciamento, aplicação do Código Florestal, e em Direito Urbanístico, como direito à cidade, espaços públicos, comuns urbanos.